

# Novo capítulo na história do SUS



» NISIA TRINDADE  
Ministra da Saúde

a gerir os hospitais do Andaraí e Cardoso Fontes; e a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EB-SERH), vinculada ao Ministério da Educação, em conjunto com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) está tratando da possível fusão do Hospital dos Servidores com o Graffêe-Guile. Em todas as ações, temos contado também com a importante colaboração da Fundação Oswaldo Cruz.

A reabertura plena do Hospital Federal de Bonsucesso, em apenas 100 dias após a mudança na gestão, devolve à população uma unidade reconhecida pela excelência em cirurgias oncológicas, transplantes e atendimento a gestantes e bebês de alto risco. A emergência reaberta já garantiu atendimento a mais de uma centena de pacientes por dia. Com 423 leitos e uma rede completa de serviços especializados, a unidade passará a realizar mensalmente cerca de 20 mil consultas ambulatoriais, 1,4 mil internações e 800 cirurgias.

Além do compromisso com a ampliação do acesso, a solução dos desafios estruturais da saúde exige inovação. Nos dois primeiros anos de nossa gestão, promovemos o crescimento mais expressivo da história na produção de consultas especializadas, exames e cirurgias. Com o maior financiamento e a criação do Programa Nacional de Redução de Filas, o número de cirurgias eletivas saltou de 10,3 milhões para 13,6 milhões entre 2022 e 2024, um aumento de 32%. No entanto, apenas ampliar a produção assistencial não resolve os desafios da atenção especializada, caracterizada por longas filas e esperas prolongadas.

Para enfrentar essa realidade, criamos o Programa Mais Acesso a Especialistas, em implementação desde o início deste ano. Em vez de remunerar consultas e exames isoladamente, o que pode gerar ineficiências e desperdícios, o programa introduz as Ofertas de Cuidado Integrado. Dessa forma, o paciente entra em uma fila única, garantindo a consulta com o especialista, os exames necessários e a consulta de retorno dentro de um prazo definido. Essa estrutura permite um diagnóstico mais rápido e a possibilidade do início do tratamento em tempo oportuno, reduzindo custos e melhorando os desfechos clínicos.

O Programa Mais Acesso a Especialistas conta com a adesão de 100% dos estados e de 99% dos municípios brasileiros. Inicialmente, está sendo implementado em cinco áreas prioritárias: oncologia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia e otorinolaringologia, especialidades escolhidas por apresentarem grandes filas de espera e pela importância do diagnóstico e tratamento precoces para a saúde dos pacientes.

O SUS é um símbolo de resistência, cuidado e inovação. A reestruturação dos hospitais federais do Rio de Janeiro e o Programa Mais Acesso a Especialistas reafirmam nosso compromisso com um atendimento mais humanizado e eficiente. Ao reorganizar a atenção especializada, o governo do presidente Lula escreve um novo capítulo na história do SUS, consolidando-o como fundamento da construção de um Brasil mais justo, solidário e saudável para todos.

» ADRIANO MASSUDA  
Secretário de Atenção Especializada à Saúde do Ministério da Saúde

No último dia 6, ao lado do presidente Lula e do prefeito Eduardo Paes, celebramos um marco histórico para o SUS. A retomada completa do funcionamento dos leitos e da emergência do Hospital Federal de Bonsucesso faz parte do Plano de Reestruturação dos Hospitais do Rio de Janeiro, idealizado desde o início do atual governo com o objetivo de restaurar a excelência dessas unidades e integrá-las plenamente ao SUS. Na mesma semana, também foram reabertas as emergências dos hospitais federais do Andaraí e Cardoso Fontes, agora municipalizados.

Optamos por estabelecer um novo modelo de gestão para os hospitais federais do Rio de Janeiro, por meio de parcerias estratégicas: o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), empresa vinculada ao Ministério da Saúde, assumiu a administração do Hospital de Bonsucesso; a Prefeitura do Rio de Janeiro passou

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circecunha.df@dabr.com.br

## O incêndio das bandeiras

A partir de 2026 em diante, quando a Reforma Tributária começará a entrar em vigor, terá início também o que pode vir a ser o fim definitivo do que conhecemos por República Federativa do Brasil, estruturada pela Constituição de 1988. Os entes federativos, como estados, municípios e o Distrito Federal, terão autonomies e competências específicas diminuídas em alto grau, acabando, de vez, com a descentralização — o que vale dizer, com a própria identidade de cada um desses membros.

A questão é simples: ao centralizar nos cofres da União boa parte dos recursos captados em cada uma dessas entidades, direcionando-os prioritariamente para o Tesouro Nacional, estados, municípios e o Distrito Federal ficarão à mercê do bom humor do chefe do Executivo e do tipo de relação política e ideológica mantida com o poder central. Sem recursos para manter suas necessidades locais, essas entidades passarão a engrossar a fila de pedintes na porta do Palácio do Planalto e dos ministérios. Com isso, aumenta também o grau de subordinação ao governo central, em desrespeito tanto às leis orgânicas locais, como à própria Constituição, já que o federalismo é uma normativa constitucional, gravada logo no seu artigo 1º.

A subordinação financeira vai acarretar ainda a subordinação política ao comando central, favorecendo cada vez mais a centralização do poder nas mãos do Executivo. Tirar o ICMS dos estados, que, numa análise rápida, representa 88% das receitas estaduais, e o ISS dos municípios, que representa em média 45% do que eles possuem para gastar com seus encargos, é a pé de cal na sepultura da federação. Sem dinheiro, não pode haver um mínimo de atividade de nos estados e nos municípios.

Para os partidos que têm em suas diretrizes ideológicas a centralização do poder numa legenda única, essa reforma vem como uma luva em seus intentos, pois decreta o fim da pluralidade, obrigando os entes federados a viver de mesadas, distribuídas de forma assimétrica e sem critérios objetivos.

Para um país continental como o nosso, com imensa diversidade cultural e geográfica, com problemas próprios, a Reforma Tributária vai trazer uma espécie de pasteurização política, eliminando a pluralidade na tentativa de recriar um país cuja identidade é aquela desenhada pelo poder central. A própria história do país terá que ser recriada de acordo com as novas diretrizes da União. Pluralidade e divisão do poder são o principal pilar da democracia. Sem essas bases primárias, o que se tem é tudo, menos democracia.

O espantoso é verificar que nenhum país democrático do Ocidente tem um modelo de centralização tributário como esse que entrará em vigor em 2026. Também pudera, nenhuma democracia digna do nome resistiria à tamanha centralização de poder nas mãos de uma só pessoa ou grupo hegemônico. Nesse ponto, o que estamos assistindo é à repetição da vexaminosa queima das bandeiras estaduais, realizada na Praça Roosevelt no Rio de Janeiro em 27 de novembro de 1937, por ordem do então presidente Getúlio Vargas.

Naquela ocasião, as bandeiras dos estados foram solenemente cremadas, pois haviam sido abolidas pela Constituição autoritária daquele ano, que concentrava nas mãos de Vargas todo o poder de restringir a autonomia dos estados, nomeando para cada um deles um interventor atenuado com o poder central. Nessa ocasião, os partidos foram abolidos e foi estabelecida também a censura prévia aos meios de comunicação, com prisões em massa de opositores e outras medidas autoritárias.

Na verdade, o que está em jogo agora com essa reforma é o futuro dos brasileiros, a autonomia e a pluralidade de cada recanto deste país, em nome de um genuíno confisco de receitas. Quem enxerga todos esses problemas na mencionada reforma não é esta coluna, mas todos os grandes nomes ligados à questão tributária, que vêm alertando políticos e todos que podem de alguma maneira intervir nessa questão.

Não há dúvida de que essa reforma vai provocar um desvio federativo irreversível, entregando mais de 5 mil municípios às vontades e veleidades de um comitê gestor que nada mais é do que o próprio governo central. Quando o peso da maioria cede lugar a uma minoria interessada apenas em seus benefícios imediatos, a situação tende, como já visto, a regressar ao ano fatídico de 1937.

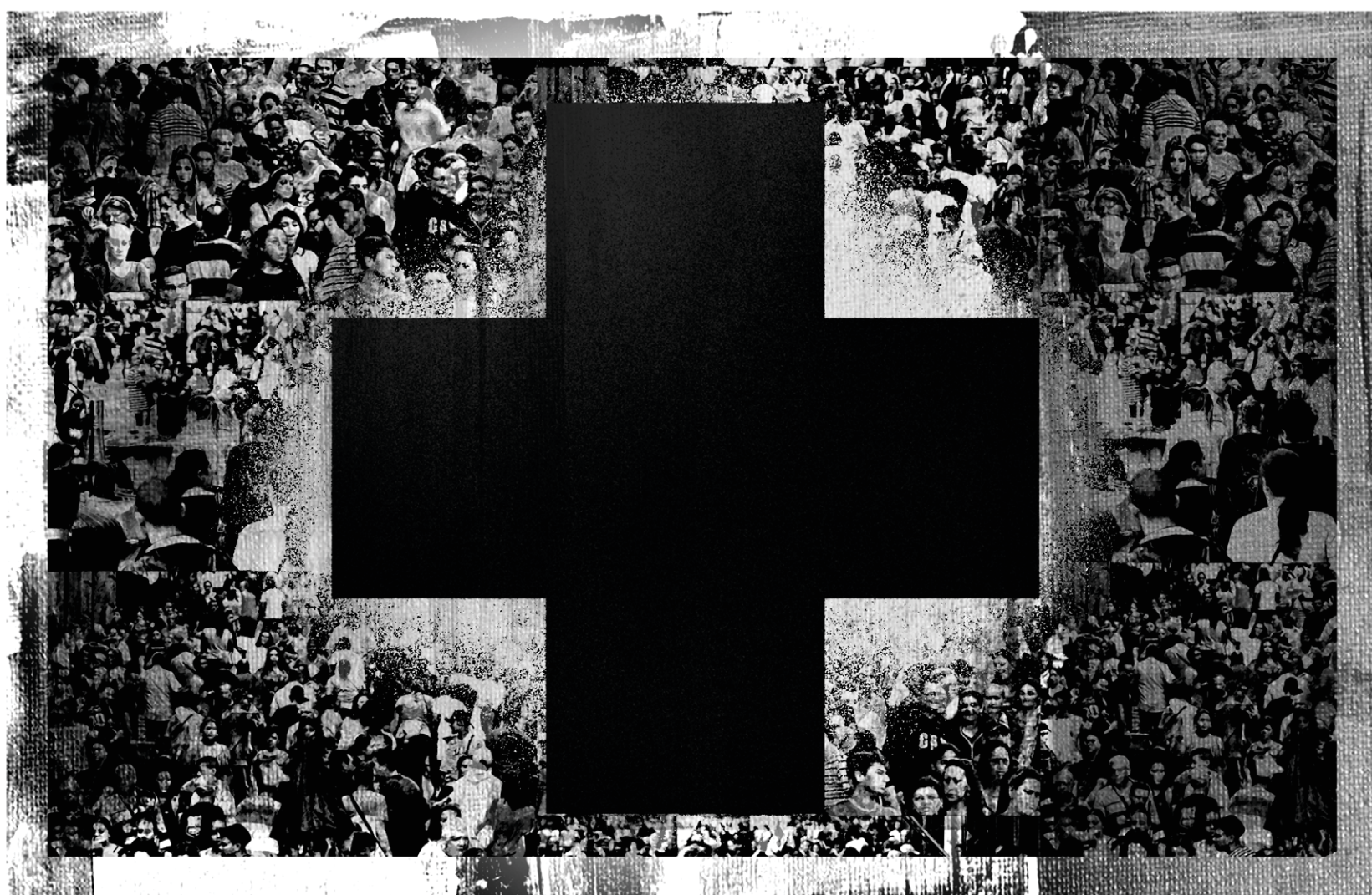
### A frase que foi pronunciada:

“Quem não aguenta o trote não monta o burro.”

Getúlio Vargas

### História de Brasília

O deputado Esmerino Arruda arrombou o depósito, de lá retirando grande quantidade de leite, distribuído demagogicamente entre a população pobre.  
(Publicada em 26/4/1962)



## Brasil!Brasil!: preconceito e superficialidade em crítica de Cumming



» MARIA LÚCIA VERDI  
Mestre em literatura brasileira,  
poeta e cronista

a respeitada arte brasileira contemporânea. Os próprios artistas e críticos brasileiros, a partir da década de 50, se voltaram contra o espontaneísmo e nacionalismo anterior, presentes na mostra em questão. Lá estão Burle Marx, Anita Malfatti, Lasar Segall, Tarsila do Amaral, Vicente do Rego Monteiro, Portinari, Flávio de Carvalho, Djanira, Volpi, Geraldo de Barros e Rubem Valentim. Estranei a ausência de Di Cavalcanti, Goeldi e Ismael Nery. Seleção curiosa, pois Burle Marx, Geraldo de Barros e Rubem Valentim não podem ser considerados antecedentes do modernismo, nem exatamente modernistas. A seleção de obras é importante também por ser pouco vista, grande parte pertencente a coleções privadas. Surpreenderam obras de Flávio de Carvalho e Burle Marx, que nunca tinha tido a oportunidade de ver.

A mostra é uma oportunidade para entender como a periferia reprocessa a arte moderna a partir de uma historicidade própria. Quando Cumming se refere a antecedentes, ou influências, expressa desprezo em ver o diálogo que a arte brasileira do início do século passado teve com os ismos europeus. Temos a impressão de que nega o interesse de uma exposição que, apesar de uma peculiar curadoria, pretende mostrar as raízes do que vem a ser a arte brasileira atual. A crítica de arte praticada hoje reconhece que o produzido em países do Sul foi vítima do malfadado etnocentrismo europeu.

Cumming desconhece a complexa realidade brasileira, apenas reverenciando artistas (reverençáveis) como Lygia Clark, Oiticica e Niemeyer, sem considerar o quanto da brasilidade exposta na

mostra em causa tem a ver com a produção desses artistas. Lygia Clark e Hélio Oiticica são visceralmente ligados à paisagem e às atitudes típicas do brasileiro — corporeidade, afetividade, carnaval, presentes nas pinturas expostas. Diz “lamentar ter visto” *Segunda classe*, de Tarsila, “brasileiros descalços como fantoches piegas, com rostos iguais, adultos e crianças se parecendo”. A fome iguala e os miseráveis são, sim, fantoches do poder. Creio que a autora vê a mostra apenas pelo ângulo estético, sem considerar o quanto hoje se está atento às condições em que a arte surge, haja vista a valorização, até a exaustão, da produção de todas partes do mundo.

Sobre Anita Malfatti, só menciona ter sido ela mal recebida à época, sendo que o melhor da artista está presente. Não compreende a diversidade de Lasar Segall, incapaz de dizer algo, por exemplo, sobre suas pinturas dos troncos de árvores, pinturas essas mais próximas das preferências da crítica — geometria e construtivismo —, haja vista seu interesse pelos trabalhos de Rubem Valentim, que desconhecia. Tampouco dá atenção aos trabalhos de Volpi.

É uma visão ultrapassada julgar que nossos artistas meramente tentaram copiar a vanguarda europeia, sem contribuição própria, disso já falava Oswald de Andrade ao se referir a nossa atávica antropofagia — antropofagia que existe desde sempre na relação entre as artes de todas as origens. Cumming deveria fazer uma viagem pelo Brasil inspirada pela feita por Mário de Andrade, descrita no *O turista aprendiz*. A boa crítica de arte é um aprendizado sem fim.

Estando em Londres, li a crítica de Laura Cumming sobre a mostra *Brasil!Brasil! O nascimento do modernismo* e fui visitá-la na Royal Academy of Arts. O título do texto era *Brasil!Brasil! The birth of modernism review — spot the standouts in lavish display of bafflingly weak art* (Crítica de *Brasil! Brasil! O nascimento do modernismo* — identifique os destaques na exibição luxuosa de arte desconcertantemente fraca, em tradução livre). É inaceitável. Classificar amostragem de período restrito da arte brasileira como “arte desconcertantemente fraca” é superficial, cheirando a preconceito e falta de conhecimento. E tampouco a mostra é luxuosa (e, se fosse, em se tratando de onde está exposta, não seria tão destoante...), mas, sim, elegante, muito bem apresentada visualmente. Tampouco se pode sintetizar o Brasil apenas como “uma nação convulsionada por ditaduras e golpes.” Cumming alerta o público de que não verá nada do Brasil de hoje, provavelmente não conhecerá nenhum dos artistas expostos.

A leitura dos primeiros anos do modernismo brasileiro não é simples, e é constante a polêmica sobre a importância de cada um dos artistas selecionados, como avós e avós do que vem a ser